COMISSÃO DE DEFESA PROFISSIONAL

A Comissão de Defesa Profissional e o Departamento Jurídico da ABORL-CCF atuaram conjuntamente ao longo dos últimos anos diante da crescente demanda de consultas e solicitações de pareceres.

A parceria busca responder às diversidades de assuntos abordados pelos Associados, e principalmente oferecer assistência técnica e jurídica que solidifique a posição oficial da ABORL-CCF como uma das importantes ferramentas que o Associado pode utilizar para o fortalecimento de sua defesa, em eventual demanda judicial.

Destaque-se ainda, a adoção de estratégias de atuação para a tomada de medidas efetivas para a revisão dos 11 Termos de Ciência e Consentimento, publicação da Separata TUSS, acompanhamento dos Projetos de Lei relacionados à especialidade, e a presente participação na Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina na defesa dos interesses da especialidade.

As principais realizações da Comissão de Defesa Profissional e Departamento Jurídico no período de 2008 a 2010 foram:

1- PARECERES EMITIDOS:

Ano 2008

185 pareceres emitidos

Temas abordados: Publicidade Médica, Complicações Cirúrgicas, Atuação do ORL na área de cirurgia estética da face, dentre outros.

Ano 2009

186 pareceres emitidos

Temas abordados: Limitação de exames imposta pelas operadoras de planos de saúde, Adoção da CBHPM, Descredenciamento Médico, Emissões Otoacusticas, dentre outros.

Ano 2010

143 pareceres emitidos (até 05/10/10)

Temas abordados: Forma de esterilização e desinfecção de endoscópio; Utilização do Termo de Ciência e Consentimento; Qualificação do ORL para atuação na área de medicina do sono; Honorários Médicos, dentre outros.

2- REALIZAÇÕES/ ESTRATÉGIAS E DESEMPENHO

- SEPARATA TUSS EM OTORRINOLARINGOLOGIA

Com o propósito de fornecer aos Associados uma fonte de consulta rápida e simplificada a ABORLCCF organizou, por meio da Comissão de Defesa Profissional e de seu Departamento Jurídico, a **Separata TUSS em Otorrinolaringologia**, que contém todos os procedimentos utilizados em nossa especialidade.

- ASSUNTOS PARLAMENTARES

Atualmente há mais de 100 Projetos de Lei tramitando no Congresso, relacionados à área de saúde. A Comissão de Defesa Profissional, a fim de colaborar com os poderes públicos, nas questões de interesse da Sociedade e da especialidade, apresentou sugestões e adequações a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania nos seguintes projetos de lei:

- ✚ **Projeto de Lei nº 1.128, de 2003** - Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do professor da Rede Pública de Ensino.
- ✚ **Projeto de Lei nº 64/2004** - Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização do Exame Emissões Evocadas Otoacústicas.
- ✚ **Projeto de Lei nº 217/2004** – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da Medicina no País.
- ✚ **Projeto de Lei nº 5216/2001** - Autoriza o Fisioterapeuta a solicitar ou realizar exames clínicos e radiológicos e a encaminhar o paciente para outros profissionais de saúde; exige que os estabelecimentos obtenham registro no Conselho Federal de Fisioterapia.
- ✚ **Projeto de Lei nº 6659/2002** – Estabelece que a indenização, quando decorrente de culpa do médico, por má prática comprovada, fica limitada a 100 salários mínimos ou, alternativamente, ao equivalente a 5 vezes o valor pago pelo paciente.
- ✚ **Projeto de Lei nº 3268/2004** - Dispõe sobre a opção de acomodação particular de pacientes no âmbito do Sistema Único de Saúde
- ✚ **Projeto de Lei nº 510/2007** - Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatórios o diagnóstico e a terapêutica de anormalidades na visão e na audição dos recém-nascidos em todo o território nacional.
- ✚ **Projeto de Lei nº 3466/2004** - Estabelece critérios para a edição de lista referencial de honorários médicos, no âmbito nacional, e dá outras providências.

- REVISÃO DOS 11 (ONZE) TERMOS DE CIÊNCIA E CONSENTIMENTO

Objetivando adequar os onze termos de ciência e consentimento em otorrinolaringologia para uma linguagem mais usual, porém mantendo os princípios éticos e legais, a Comissão de Defesa Profissional e o Departamento Jurídico promoveram a revisão de todos eles, recomendando aos ORLs o uso freqüente dos respectivos termos.

- RELAÇÃO DOS ORLS COM OUTRAS PROFISSÕES

Definimos uma conduta de atuação a ser adotada quando da intervenção de outras especialidades ou profissionais, em atos médicos considerados exclusivos do otorrinolaringologista.

- RELAÇÃO MÉDICO X PLANO DE SAÚDE

Auxiliamos os vários otorrinolaringologistas que atuam junto aos planos de saúde quando da negativa de cobertura, autorização, pagamento de procedimentos e questões de honorários profissionais.

- INTRODUÇÃO DE NOVOS PROCEDIMENTOS

Identificamos e sugerimos a implantação de novos procedimentos nas tabelas SUS e CBHPM, e no Rol da ANS.

- POLITICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Analisamos as políticas públicas e privadas de saúde, sob a perspectiva de atuação do médico otorrinolaringologista no mercado de trabalho, objetivando a apresentação de propostas.

3- CONCLUSÃO

Neste contexto concluímos que a Comissão de Defesa Profissional e o Departamento Jurídico da ABORL-CCF realizaram suas atribuições de forma satisfatória, primando principalmente pela assessoria técnica e jurídica na defesa e dignidade do Otorrinolaringologista.